

Jovens Agricultores

PRODER

Formação? Competitividade?
Equidade? Oportunidade?



Gabinetes de Apoio ao Jovem Agricultor

- 1** Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (sede)
Rua D. Pedro V, 108 – 2º Andar, 1290-128 Lisboa, Tel.: 213 244 970
- 2** Gabinete de Coordenação Regional de Entre Douro e Minho
Rua do Convento, 21, 4485-662 Vairão (Vila do Conde), Tel: 252 661 740
- 3** Associação Portuguesa de Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural. Batalhão de Av. Caçadores Nove, Nº 265-269 Fração F – Centro Esq., 4900-341 Viana do Castelo, Tel: 258 843 425
- 4** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Terras de Bouro
Rua Dr. Paulo Marcelino, 46, 4840-100 Terras de Bouro, Tel: 253 356 089
- 5** Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Conselho de Valongo
Rua D. Pedro IV, Nº 615-625, Susão, 4440-633 Valongo, Tel: 224 219 160 / 224 220 089
- 6** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Baião
Ed. Adega Coop., Quintela – Govê (Baião), Tel: 255 552 945
- 8** Centro de Gestão Agrícola do Vale do Sousa
Av. dos Bombeiros da Grande Guerra, 384, Ed. Lousador, Loja 1 – 1º, Tel: 255 913 305
- 13** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Guimarães
Rua da Boavista, Quinta de Cima – Prazins, 4801-910 Guimarães, Tel: 253 473 411
- 14** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Basto
Praça Albino Alves Pereira, 4890-225 Celorico de Basto, Tel: 255 320 480
- 15** Associação de Agricultores de Ribadouro
Av. Gen. Vitorino Laranjeira, Ed. Goffinho, Lj S, S. Gonçalo, 4600-018 Amarante, Tel: 255 431 403
- 16** Centro de Gestão Agrícola de Barcelos
Rua Dr. José Ant.º Peixoto Machado, 400 BL. A, loja 1, 4750-309 Barcelos, Tel: 253 824 543
- 17** Gabinete de Cooperação Regional de Trás-os-Montes
Rua dos Camilhos (Casa do Douro), 5054-909 Peso da Régua, Tel: 254 322 502
- 20** Assoc. para o Desenvolvimento Agrícola e Rural da Terra Fria – Monteval
Av. 22 de Maio, Lote 3, R/C, B.º Forte S. João de Deus, 5300-449 Bragança, Tel: 273 327 037
- 21** Centro de Gestão da Empresa Agrícola do Alto Douro
Rua Dr. César Ferreira, 3, 5070-045 Alijó, Tel: 259 950 532
- 22** Gab. de Apoio ao Jovem Agricultor em Rebordelo
Av. do Brasil, N.º 8, 1º, 5335-102 Rebordelo, Tel: 278 369 348
- 23** Gab. de Apoio ao Jovem Agricultor em Mogadouro
Av. do Sabor, 41, Lote 2, 5200-204 Mogadouro, Tel: 279 341 650
- 24** Gab. de Apoio ao Jovem Agricultor em Saldanha
R. Fonte do Paço, Ed. Maria da Fonte – 2º, Esc. 2, 5340-268 Macedo de Cavaleiros, Tel: 278 425 756
- 25** Gab. de Apoio ao Jovem Agricultor em Alfândega da Fé
Av. Sá Carneiro, 5350-005 Alfândega da Fé, Tel: 279 463 205
- 27** Cooperativa Agrícola de Alfândega da Fé
Av. Eng.º Camilo Mendonça, N.º 287, 5350-001 Alfândega da Fé, Tel: 279 462 417
- 28** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alijó
Rua Dr. César Ferreira, 3, 5070-045 Alijó, Tel: 259 950 042
- 29** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Armamar
Praça da República, 18 – 1º, 5110-127 Armamar, Tel: 254 855 960
- 30** Centro de Gestão Agrícola da Beira Douro – Associação
Rua Eng.º Joaquim Botelho Lucena, Ed. Vialva, Loja EO, 5000-586 Vila Real, Tel: 259 372 893
- 31** Gabinete de Apoio Agrícola
Rua do Tribunal, Lote 6, R/C Dto., 5340-198 Macedo de Cavaleiros, Tel: 278 425 582
- 32** Associação dos Produtores Agro-Florestais da Terra Quente
Av. Inf. D. Henrique, ed. Translande 2º, Esc. 12, 5340-204 Macedo de Cavaleiros, Tel: 278 421 698
- 33** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Valpaços
Largo da Feira, Ed. Sol Nascente, loja 2, 5430 Valpaços, Tel: 278 711 421
- 34** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Macedo de Cavaleiros
Rua Fonte do Paço, Ed. Translande, R/C, Lj. 33, 5340-268 Macedo de Cavaleiros
- 35** Gabinete de Coordenação Regional da Beira Interior
Av. 25 de Abril, 151, 6440-111 Figueira de Castelo Rodrigo, Tel: 271 312 139
- 38** Gabinete de Coordenação Regional da Beira Litoral
Centro Comercial e Residencial da Curia, Bloco O, Escritório 54, 3781-541 Tâmega, Tel: 231 526 315
- 39** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Cooperativa Agrícola de Nelas
Av. da Liberdade, 3520-061 Nelas, Tel: 232 949 539
- 40** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Ansião
Lugar de Lagoa Parada, 3240-673 Santiago da Guarda, Tel: 236 679 037
- 31** Cooperativa Agrícola da Beira Azeiteira
Ed. Centro de Inic. Empresariais, Pq. Ind. Manuel L. Ferreira, Lt. 12, 3450-232 Mortágua, Tel: 231 927 470
- 42** Gab. de Apoio ao Jovem Agricultor da Anadia
Rua da Gatanha, Monsarros, 3780-563 Vila Nova de Monsarros
- 44** Gab. de Coordenação Reg. do Ribatejo e Oeste
Largo Padre Francisco Nunes da Silva, Nº 3 - R/C 2000-134 Santarém, Tel: 243 371 222, Fax: 243 352 916
- 45** Cooperativa Agrícola da Serra d'El Rei
Rua 4 de Agosto, Nº 50, 2525-814 Serra d'El Rei, Tel: 262 909 426
- 46** Balcão Rural de Abrantes
Rua D. Lopo de Almeida, Lote 81, R/C Dto., 2200-281 Abrantes, Tel: 241 366 806
- 47** Balcão Rural de Foros de Salvaterra
Estrada Nacional Nº 114 - 3, Nº 918-B, 2120-209 Foros de Salvaterra, Tel: 263 501 500, Fax: 263 501 502
- 49** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Alenquer
Quinta de S. Paulo, Carapinha, 2580-377 Alenquer, Tel: 263 711 012
- 50** Gabinete de Coordenação Regional do Alentejo
Bairro Novo da bica, Edif. da Pré-Primária, 7940-104 Cuba, Tel: 284 414 140
- 51** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Mértola
Casal Ventoso, Lote I-9, 7750 Mértola, Tel: 286 612 057
- 52** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Sousel
Rua da Amêndoa, Nº 13, 7470-230 Sousel, Tel: 268 551 458
- 54** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Borba
Rua Convento das Servas, 7150-164 Borba, Tel: 268 841 547
- 61** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor do Caia
Horta do Belhó, 7350-903 Elvas, Tel: 268 626 668
- 62** Gabinete de Coordenação Regional do Algarve
Antiga Escola da Sambada, Sítio de Lagos e Relvas, 8005-496 Estoi, Tel: 289 994 515
- 63** FRUSOAL – Frutas Sotavento Algarve
Sítio das Cevadeiras, EN 125, 8900-907 Vila Nova de Cacela, Tel: 281 950 400
- 64** TAIPA – Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira, CRL
Travessa do Botequim, Nº 6, 7631-909 Odemira, Tel: 283 320 020
- 65** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Ferreira do Alentejo
Av. Gago Coutinho e Sacadura Cabral, 7900-562 Ferreira do Alentejo
- 66** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor do Interior Centro
Av. Heróis de Castelo Rodrigues, Ed. Do Ninho de Empresas, 6440-113 Figueira de Castelo Rodrigo, Tel: 271 313 250
- 67** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor Sendim
Rua do Baiunco, Nº 6 – 2º, 225-100 Sendim
- 68** Associação de Fruticultores da Beira Távora
Central da Camionagem, 3620-308 Moimenta da Beira, Tel: 254 583 771



4 DOSSIER

A Esperança de Um Compromisso

Agricultura Nacional: Esperança para ter Confiança

O Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER):
Modéstia e Sensatez

PRODER – Uma Sucessão Vertiginosa de Teimosos Equívocos

O PRODER e o Paradigma da Sustentabilidade Competitiva

**14 AGRO-FUTUROLOGIA - A TECNOLOGIA
AO SERVIÇO DA AGRICULTURA EM 2020**

Energias Renováveis

16 SER JOVEM AGRICULTOR

Produção e Embalamento de Morangos

18 VALORIZAÇÃO DOS MODOS DE PRODUÇÃO

Hidroponia - Culturas Sem Solo

20 EXAME DO MUNDO RURAL

Sector do Leite – Um Olhar Sobre a Crise

23 ASSOCIATIVISMO

46ª Feira Nacional de Agricultura

Jornadas Técnicas Perspectivam 2010

24 AJAP NA EUROPA

Jovens Agricultores e o Futuro da PAC Após 2013

CEJA Apela aos Ministros da Agricultura

27 LEGISLAÇÃO**28 GABINETES DE APOIO AO JOVEM AGRICULTOR****Ficha Técnica**

JUL | AGO | SET | 2009 N.º 79

Propriedade, Redacção e Edição
AJAP - Associação dos Jovens
Agricultores de Portugal
Rua D. Pedro V, 108 - 2.º
1269-128 Lisboa
Tel: 213 244 970 | Fax: 213 431 490

Director
Firmino Cordeiro

Coordenação
Departamento de Comunicação

Redacção
Departamento Técnico

Secretariado
Olga Leitão

Departamento Comercial
Olga Sereno

Paginação
AJAP | Miguel Inácio

Impressão
Gazela, Artes Gráficas, Lda.

Depósito Legal
n.º 78606/94

Registo de Título
n.º 116714

Tiragem
10 000 Exemplares

Periodicidade
Trimestral

E-mail
ajap@ajap.pt

URL
www.ajap.pt

Distribuição
Gratuita





Portugal não pode abandonar a Agricultura e os Agricultores.

Portugal não pode abandonar o Mundo Rural.

Portugal deve produzir mais para importar menos.

Portugal deve dinamizar a actividade agrícola, florestal e pecuária.

Portugal deve estimular a vida no campo e zonas rurais, promovendo actividades complementares.

Portugal deve formular políticas eficazes e proporcionar aos mais jovens mecanismos céleres de dinamização da entrada no sector.

Portugal deve incentivar o espírito empreendedor nos mais jovens e colocar à sua disposição instrumentos para desenvolverem actividades complementares à Agricultura.

A Agricultura, a Pecuária a Floresta e a manutenção do espaço rural dinâmico, capaz de gerar riqueza, são áreas que constituem, desígnios nacionais que o novo Governo jamais poderá esquecer.

De todas estas actividades depende: a alimentação da nossa população, a sobrevivência de milhares de Agricultores e milhares de postos de trabalho directos ou indirectos.

De todas estas actividades depende: a forma mais eficiente de combater a desertificação do Mundo Rural, a forma mais eficiente de combater os incêndios florestais, a forma mais eficiente de proteger a natureza, o espaço rural, a paisagem, as tradições culturais, o ar que respiramos, a água e a fixação de carbono.

Por isso deixo um forte apelo aos responsáveis do País: não virem costas à nossa realidade, não abandonem 85% do nosso território, não abandonem uma actividade base e estrutural da economia de qualquer País.

A AJAP está disponível, como sempre esteve, para desenvolver um trabalho conjunto (Estado e Organizações), em prol do sector agrícola nacional e de um Portugal mais próspero, permitindo assim maior coesão territorial.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Firmino Cordeiro'.

Firmino Cordeiro

A ESPERANÇA DE UM COMPROMISSO

Eng^o Firmino Cordeiro
Presidente da AJAP

Ultrapassado o acto eleitoral legislativo urge preparar o país.

Crise para muitos, sinais de crescimento para muito poucos e expectativas para todos.

Na realidade, não podemos continuar eternamente na expectativa. Os portugueses vão ter de se habituar a ser governados com maior ou menor estabilidade do executivo, sem que isso constitua um motivo de paragens, de contra ciclos de crescimento. Para que os portugueses possam lidar com esta realidade, a classe política terá, nas suas passagens mais ou menos curtas em diferentes cargos, de aumentar a eficácia e eficiência do “aparelho do Estado”, Institutos, Direcções Regionais e outros Serviços. Estes organismos terão de ser capazes de assegurar os mínimos, para que a economia não estagne, para que as actividades com maior necessidade dos serviços estatais não sejam confrontadas com hiatos conducentes ao abandono, ao desespero e ao vazio de muitas actividades económicas.

A “máquina estatal” não pode parar porque o dia-a-dia das empresas, das instituições e das pessoas não se coaduna com paragens.

É necessário acautelar processos de ruptura e de profundas mudanças no funcionamento dos Organismos do Estado. As rupturas e as mudanças

devem ocorrer quando necessárias, envolvendo as pessoas visadas. A escolha de um processo disruptivo gerador de profundas mudanças deverá ser sentida como necessária pelas pessoas e não apenas pelas Directorias, caso contrário traduz-se em resultados nulos ou pouco satisfatórios, conducentes ao desânimo, ausência de estímulo e vontade de participar.

Como poderá ser caracterizada a forma de actuação do Governo nos últimos quatro anos e meio, no que concerne à Pasta da Agricultura?

Internamente – procedeu a uma denominada reforma dos serviços do Ministério da Agricultura visando incrementar a eficiência, contudo gerou-se ineficácia, com sérios prejuízos para os agricultores. As estruturas do Ministério perderam capacidade de resposta, de decisão e consequentemente foram incapazes de cumprir prazos.

Externamente – verificou-se um contrassenso associado a uma estratégia de incremento de competitividade, através do Programa PRODER tão defendido pelo MADRP assente numa orientação para o mercado, sem ter existido na prática uma política de incentivo, de encorajamento, de mobilização de todos os intervenientes no sector agrícola nacional (agricultores e suas Organizações).

De facto, os resultados alcançados têm-se verificado de tal forma insatisfatórios que o teor do Programa Eleitoral do Partido Socialista para as legislativas de 27 de Setembro (*vd caixa*) é demonstrativo de uma posição exactamente contrária à preconizada no decurso dos últimos quatro anos e meio.

Há que assumir responsabilidades pelas decisões tomadas e ter presente que no período compreendido entre 2005-2009 o país:

- Perdeu cerca de 60 mil agricultores;
- Poder-se-iam ter instalado mais de 3000 Jovens Agricultores;
- Foram instalados cerca de 100 Jovens Agricultores devidamente apoiados;
- Portugal é o país da Europa com menor percentagem de Jovens Agricultores (2,9%) contra 5,3% da média comunitária;
- Não foram utilizados cerca de 800 milhões do PRODER.



- a) Readaptar, flexibilizar e simplificar a execução do PRODER, por forma a atingir um universo ainda mais alargado de beneficiários, em particular através do aproveitamento das novas elegibilidades abertas pela reforma intercalar da PAC de 2008 (“health check”) e a utilizar também este programa, em articulação com as demais medidas nacionais, como instrumento de combate à crise global, que também atinge o sector agrícola e o mundo rural;
- b) Utilizar a margem de manobra acrescida que foi concedida aos Estados-membros no âmbito “health check” para reforçar os apoios aos pequenos agricultores e aos sectores ou regiões mais atingidos pela turbulência dos mercados ou que sofrem de “handicaps” específicos, como é o caso do leite, através de programas adicionais de apoio específico;
- c) Ainda no âmbito do “health check”, uma vez que foi finalmente introduzida pela primeira vez no plano europeu, ainda que aquém do desejável, uma “modulação progressiva obrigatória”, deverá ser cancelada a “modulação voluntária”;
- d) Criar um Programa de Apoio às Estruturas Representativas do Sector Agrícola e Rural, visando uma maior inter-acção com os agricultores e o mundo rural;
- e) Prosseguir a aposta prioritária na Água e no Regadio através da finalização dos principais empreendimentos hidroagrícolas e da concretização de um novo Plano de Regadios Tradicionais;
- f) Rever o sistema de seguros agrícolas e criar um novo seguro pecuário, aproveitando a oportunidade de co-financiamento comunitário aberta com o “health check”; reforçar o mecanismo de garantia mútua, utilizando instrumentos financeiros já existentes e criar um instrumento de apoio para a competitividade e eficiência energética, que incluirá a simplificação do regime de gasóleo verde, a integração de sistemas de co-geração e, ainda, a ponderação exigente de apoios para a energia verde;
- g) Criar um Sistema de Apoio à Concentração de Cooperativas Agrícolas, com o objectivo de promover a profissionalização, a organização para o mercado, a obtenção de economias de escala e a cooperação estratégica;
- h) Criar, para a promoção das exportações e a internacionalização das nossas empresas, um Programa de Apoio à Exportação para as Empresas Agrícolas e Agro-Industriais, para além das medidas existentes, designadamente no universo do vinho, de forma a permitir a Portugal um investimento em promoção muito significativo. Por outro lado, serão orientados os incentivos ao associativismo agrícola, visando conceder prioridade à concentração da oferta, ao agrupamento de produtores agrícolas e ao associativismo de carácter inter-profissional, nas diversas fileiras prioritárias;
- i) Na revisão das perspectivas financeiras e discussão da futura PAC, para depois de 2013, o Governo assumirá a defesa intransigente de uma política agrícola verdadeiramente comunitária: mais justa e equitativa entre agricultores, regiões e Estados membros e mais amiga do ambiente.

Fonte: Partido Socialista – Programa Eleitoral

Estes são os compromissos eleitorais que o Partido que ganhou as eleições legislativas assumiu perante os portugueses para a agricultura.

Apesar de não apresentar qualquer refe-

rência à necessidade imperiosa de instalar mais Jovens Agricultores em Portugal, entendemos que se encontra implícito na alínea a) (*vd caixa*). Nesse pressuposto consideramos que a maioria das propostas reflectem algumas das principais preocu-

pações da AJAP para o sector. A Associação manifesta a sua disponibilidade para concertar uma estratégia de colaboração com o Ministério da Agricultura visando fomentar a actividade agrícola e dinamizar o espaço rural.

AGRICULTURA NACIONAL: ESPERANÇA PARA TER CONFIANÇA



Dr. José Ribeiro e Castro

Uma das coisas mais negativas que tem caracterizado a governação de José Sócrates e do seu governo socialista é a singular inovação de ter criado o que chamo os “desministros”, isto é, ministros que desgovernam e que muitas vezes parecem ter o mandato político de governarem contra os sectores que tutelam.

Não foi caso único, mas não vou falar dos outros, apenas do caso da Agricultura.

Não tenho nada de pessoal contra o ministro Jaime Silva, cujas intenções pessoais não quero questionar, nem em bom rigor me interessam. Mas, no plano político, ele constitui um dos melhores exemplos políticos do que pode ser um “desministro” e tornou-se no principal factor de crise permanente nas relações políticas com os agricultores e suas associações, bem como na principal causa de desmoralização de muitos.

Ao fim de quatro anos e meio, a perseverança rara com que se aplicou em afectar os interesses da nossa agricultura e em prejudicar tantas legítimas aspirações e candidaturas dos nossos

agricultores, a disponibilidade estranha que mostrou para insultar colectivamente os agricultores, pondo uns contra outros ou a sociedade urbana contra todos, sugerem a ideia clara de que o fez de propósito. E, não sendo uma pessoa pérfida, estou em crer que esse constituiu exactamente o mandato político que o primeiro-ministro e os socialistas lhe cometeram - e ele lamentavelmente aceitou, prestando-se a uma tristíssima figura.

O desperdício continuado e consciente de centenas de milhões de fundos comunitários e o desmantelamento de estruturas do Ministério da Agricultura, incapacitando-o, por exemplo, para responder atempadamente às exigências de implementação rápida do PRODER, só podem ter aquela explicação. O ministro pode ter servido obscuros interesses financeiros da Comissão Europeia; e pode ter sido gentil servidor diante do ministro das Finanças ao não inscrever no Orçamento todas as contrapartidas nacionais que eram indispensáveis à plena e pontual utilização dos fundos comunitários ou ao acelerar no PRACE à custa do seu Ministério e do serviço administrativo capaz dos agricultores. Mas, por isso mesmo, foi mais um “desministro” entre outros da governação socialista de José Sócrates.

Portugal precisa exactamente do contrário disto. Uma mudança de 180 graus.

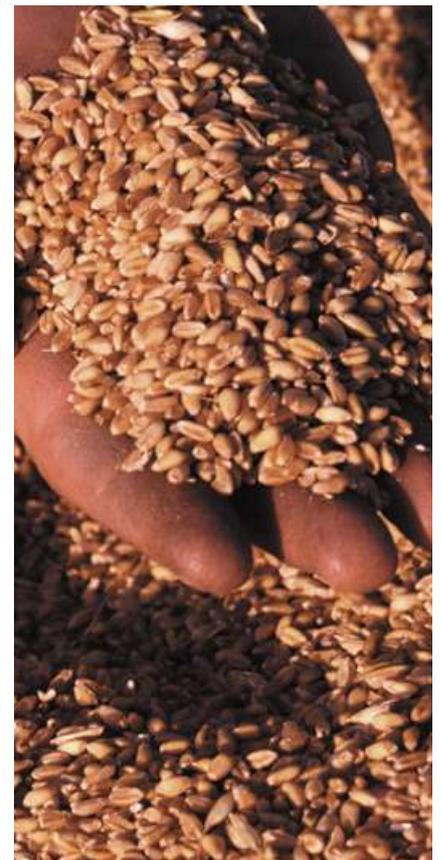
Portugal precisa de um ministro da Agricultura que, desde logo, goste da Agricultura e goste dos agricultores. Que conheça certamente; mas que conheça, perceba e goste.

Que compreenda o papel da Agricultura na economia nacional, na coesão social,

na coesão do território e seu ordenamento, no ambiente, na cultura e no turismo, na própria soberania. Que entenda que a Agricultura, incluindo as florestas, constitui uma vasta riqueza nacional de elevado potencial que importa preservar, apoiar e valorizar.

Portugal precisa de um ministro da Agricultura que, desde logo, goste da Agricultura e goste dos agricultores. Que conheça certamente; mas que conheça, perceba e goste.

Que não se importe que agricultores vivam bem, mas se importe que tantos agricultores ainda vivam mal. Que articule modernidade e tradição. Que perceba que o progresso traduz-se em



redução da população activa na agricultura, mas que isto não pode ser visto como irrelevância social, nem pode corresponder a desprezo político. E que, no fim disto tudo, seja um amigo dos agricultores, o seu maior amigo e aliado, não o seu adversário mais manhoso. Um

ministro que seja capaz de ser um amigo exigente, usando adequadamente as ferramentas políticas para modernizar a agricultura portuguesa e a fazer avançar, em articulação com as associações, respeitando e apoiando a agricultura familiar e estimulando os empresários mais dinâmicos e mais jovens.

tamente ao serviço da agricultura portuguesa, de acordo com as suas características naturais e principais linhas de desenvolvimento estratégico próprio.

Estamos em tempo de mudar. Ainda vamos a tempo de salvar o PRODER. Desde que efectivamente se mude.

Só isto permitirá que o Ministério da Agricultura seja capaz de definir, articular e actualizar em permanência e de implementar com eficiência uma Política Agrícola Nacional, uma PAN, de que nem a CEE, nem a UE nos dispensaram e que possa actuar a montante e a jusante da evolução da PAC, a Política Agrícola Comum. E é isso também que assegurará que não mais se desperdicem fundos comunitários, não apenas do ponto de vista da tesouraria nacional, mas porque se os usa comple-

Importa concretizar essa esperança para que a Agricultura e os agricultores portugueses possam reencontrar confiança: confiança no Governo, confiança no futuro.

Estamos em tempo de mudar. Ainda vamos a tempo de salvar o PRODER. Desde que efectivamente se mude.



O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (PRODER): MODÉSTIA E SENSATEZ



Prof. António Covas
Faculdade de Economia
da Universidade do Algarve

Agora que se publicam as portarias de regulamentação do eixo 3 do PRODER julgo importante fazer uma breve referência à complexidade da engenharia sócio-rural que o sub-programa propõe e deseja alcançar.

Vinte anos depois do primeiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA) não há muitos projectos emblemáticos que se possam apontar como exemplos eloquentes de uma engenharia de rede bem sucedida.

Que combine multifuncionalidade, integração territorial, empresarialização e regulação social do espaço rural. Neste período, na prática, à funcionarização dos apoios públicos sucedeu a funcionarização dos projectos candidatados e aprovados e, bem assim, a própria funcionarização de muitas organizações sectoriais. Conhecidas as elegibilidades e as taxas de comparticipação respectivas, conhecidos os serviços mínimos em matéria de cumprimento de normas e minimamente informados sobre o processo político-burocrático da candidatura, os promotores, conjuntamente com os seus “conhecidos”, acabavam por desenhar a candidatura que mais convinha aos seus propósitos.

Vinte anos depois do primeiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA) não há muitos projectos emblemáticos que se possam apontar como exemplos eloquentes de uma engenharia de rede bem sucedida.

Ora, no programa de desenvolvimento rural para 2007-2013, não houve, apesar do tempo longo de preparação transcorrido, o investimento intelectual necessário para ensaiar, desenhar e seleccionar fileiras, intervenções integradas territoriais, planos sectoriais de conservação e planos de desenvolvimento local.

Isto é, diferentes triângulações de multifuncionalidade, integração territorial e empresarialização, e a respectiva engenharia social das parcerias para o efeito.



Ora, no programa de desenvolvimento rural para 2007-2013, não houve, apesar do tempo longo de preparação transcorrido, o investimento intelectual necessário para ensaiar, desenhar e seleccionar fileiras, intervenções integradas territoriais, planos sectoriais de conservação e planos de desenvolvimento local.

Nas áreas rurais mais desfavorecidas as boas intenções do legislador e a exuberância dos regulamentos não são suficientes e podem mesmo ser contraproducentes. Com efeito, não é a filosofia de um programa e a retórica de um discurso que conferem coerência aos projectos concretos, são estes que, pelo seu desenho, engenharia e execução, materializam ou não a filosofia dos programas e a retórica discursiva respectiva. Esta advertência tem um corolário. A política pública, do

legislador à administração, pode ser irrepreensível mas se deixarmos o promotor do projecto, a engenharia do projecto e o acompanhamento do projecto entregues à sua sorte os resultados finais poderão ser decepcionantes. De facto, na retórica do discurso tudo é coerente e deslumbrante mas a hiper-realidade das situações concretas é absolutamente desarmante. E a hiper-realidade aqui é a sequência infernal de “despesa comprometida - despesa contratualizada – despesa realizada - despesa certificada – despesa paga-despesa reembolsada”. Por isso, conhecendo nós a história recente da agricultura portuguesa, a pergunta que imediatamente ocorre é a seguinte: estão os agentes, públicos e privados, bem conscientes do esforço colectivo que é necessário pôr em prática para levar a bom termo conceitos tão complexos como aqueles que referi? E por que não um pouco mais de modéstia e sensatez para lidar com pessoas simples?



PRODER – UMA SUCESSÃO VERTIGINOSA DE TEIMOSOS EQUÍVOCOS



Prof. F. Gomes da Silva
Instituto Superior
de Agronomia

Não vou referir-me à reduzidíssima taxa de execução do PRODER. Esse é, para mal da agricultura e dos agricultores portugueses, uma inevitável consequência da forma desajeitada como ele foi posto em prática.

Decorridos praticamente 3 anos sobre o início do actual Quadro Comunitário de Apoio, e qualquer que seja o prisma pelo qual o PRODER seja olhado, não é fácil encontrar-lhe grandes virtudes.

Mesmo aquelas que existem, na concepção de algumas das suas medidas, eclipsam-se facilmente contra aquilo que foi uma vertiginosa sucessão

de teimosos equívocos.

Eis, em meu entender, alguns deles:

1 – Mudar tudo ao mesmo tempo

Porquê alterar radicalmente todo o processo de candidatura e avaliação que vigorou em programas anteriores? E porquê, em simultâneo, pretender reestruturar de alto a baixo toda a estrutura humana que teria que, fatalmente, entre outras coisas, intervir neste mesmo processo? E tudo isto a par com a necessidade de concepção e regulamentação das medidas do PRODER, e com a crescente exclusão de contribuições por parte





do movimento associativo. Não eram previsíveis as consequências?

2 – O atraso na regulamentação

Não é aceitável. Passado todo este tempo, continuam por regulamentar algumas medidas. E das que estão regulamentadas, o ritmo a que essa regulamentação é alterada, impressiona qualquer um! E porquê? Desconhecimento da realidade a que se destinam as medidas? Existem (ou existiam), tanto nos quadros do MADRP como no movimento associativo do sector, inúmeras pessoas profundamente conhecedoras da realidade do mundo rural. Foram escutadas? Foram ponderadas as suas opiniões? É que, de um andar em Lisboa, por muito boa e abrangente que a vista seja, nem tudo se alcança.

3 – Complexidade dos mecanismos (da candidatura à contratação) e ausência de interação entre o promotor (agricultor ou projectista) e a entidade avaliadora (o MADRP)

Informatizar, automatizar e “americanizar”. Tudo em nome da isenção e da modernidade. Avaliação automática de projectos de investimento? Seria

simples perceber que, sem a possibilidade de comunicação cara-a-cara (ou voz-a-voz) entre quem elabora os projectos (para medidas novas, em formulários novos, com regulamentação nova, incompleta e incorrecta) e quem os recebe e avalia, tudo se iria afunilar algures. O que normalmente se resolveria com um telefonema de esclarecimento, hoje dificilmente se resolve. O bom senso é algo de essencial, e o software tende a ter apenas o senso que se lhe incorpora.

4 – O recurso ao mecanismo de “concurso”

Como se não bastassem todas as “mudanças” já referidas, foi instituído, para a generalidade das medidas, o mecanismo de “concurso”. Mais uma vez, em nome da competitividade e da transparência. Consequência? Concursos a abrir antes dos anteriores estarem “resolvidos”, agricultores sem saberem se devem/podem ou não recandidatar segunda vez os seus projectos, concursos adiados... Enfim, não execução, investimentos adiados, oportunidades perdidas.

5 – A (in)capacidade de análise e a

discrepância inter-regional

Desorientação! É o termo mais adequado à atitude observada com frequência nos técnicos regionais do MADRP responsáveis pela análise dos projectos submetidos. É que nem tudo é automático (lá está a história do bom senso). E o extraordinário aconteceu: opções técnicas e de valorização aceites como boas por uns, conduziram, sem apelo, ao “chumbo” de projectos por outros. Informação recolhida em certas “regiões”, era contradita noutras.

Decorridos praticamente 3 anos sobre o início do actual Quadro Comunitário de Apoio, e qualquer que seja o prisma pelo qual o PRODER seja olhado, não é fácil encontrar-lhe grandes virtudes.

Termino com uma reflexão. Já ouvi, em defesa de tudo isto, a afirmação de que, por parte dos responsáveis pelo PRODER (ou seja, por parte dos responsáveis pelo MADRP), houve muita coragem ao decidirem mudar tantas coisas em simultâneo. Para mim, ser corajoso com o dinheiro dos outros, não é coragem: é presunção.

O PRODER E O PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE COMPETITIVA



Profª Livia Madureira
Universidade de Trás-os-
Montes e Alto Douro

O PRODER autodefine-se como um instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural, para o período 2007-2013. A sua estratégia foi escolhida em função das orientações comunitárias e visa a concretização de três grandes objectivos: (a) aumentar a competitividade do sector agrícola e florestal; (b) promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais; (c) revitalizar económica e socialmente as zonas rurais (PRODER, 2007). Este programa apresenta um diagnóstico sucinto da actual situação das áreas rurais onde se apontam a reduzida capacidade atractiva das áreas rurais na captação/fixação dos jovens e de recursos humanos qualificados, o défice externo do complexo agro-florestal a par do potencial subaproveitado de alguns subsectores agrícolas.

Este programa suscita grandes expectativas junto dos seus destinatários, bem visíveis nos protestos dos agentes económicos e sociais ligados ao sector agro-florestal contra os alegados atrasos na sua execução.

Tanta expectativa é compreensível, pois

este será provavelmente o último programa a beneficiar do generoso apoio dos fundos de coesão.

É natural que seja percepcionado como a “última oportunidade” para alguns sectores e segmentos da sociedade portuguesa. E esta ideia pesou certamente nas opções estratégicas escolhidas. A aposta forte na promoção da competitividade sectorial (dos sectores agrícola, agro-alimentar e florestal) parece confirmá-lo.

A competitividade (ou a falta dela) tem sido repetidamente apontada como um dos problemas maiores da agricultura portuguesa. As causas são várias. Destacam-se limitações a três níveis: produtividade, escala e organização. Muitos são problemas estruturais, objecto de sucessivos programas de apoio à modernização e competitividade da agricultura portuguesa, sobretudo, após a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia.

A aposta na competitividade fundamenta-se no potencial competitivo global de alguns subsectores, identificados como fileiras estratégicas. As medidas de acção compreendem um leque diverso de apoios, sendo estes, em larga medida, de continuidade de programas anteriores dirigidos aos problemas estruturais de produtividade, escala e organização. Há, no entanto, diferenças dignas de nota em relação às abordagens do passado recente, nomeadamente a concentração dos apoios nos subsectores considerados estratégicos. De assinalar também um reforço dos incentivos à cooperação, inovação e à qualidade, bem alinhados com as exigências dos desafios da competitividade.

A pressão da “última oportunidade” poderá explicar também a aparente falta de visão estratégica do PRODER face aos outros objectivos: a susten-

tabilidade e o desenvolvimento rural. O programa segue as orientações comunitárias, como é sublinhado no documento oficial (PRODER, 2007), e contempla, por isso, os objectivos competitividade, sustentabilidade e coesão. Mantém-se, todavia, a abordagem tradicional, de distribuir as medidas de acção por três compartimentos praticamente estanques (designados por “eixos”), cada um com a sua metodologia para responder aos respectivos objectivos.

O programa acaba assim por se fragmentar em três subprogramas desarticulados, que não só divergem da crescente integração entre a competitividade, sustentabilidade e coesão, desejada e crescentemente observada nas áreas rurais, como se auto-limitam por desaproveitar o potencial da exploração das complementaridades e sinergias entre estes objectivos, que *in loco* a realidade diversa, complexa e dinâmica amplifica ainda mais.

Um inquérito recente às iniciativas inovadoras nas áreas rurais portuguesas, levado a cabo no âmbito de um projecto europeu^[1], mostra que o aproveitamento económico da “sustentabilidade” é uma actividade particularmente atractiva para os jovens empreendedores e inovadores. E também que se trata de uma actividade com potencial competitivo. O agro-ambiental desponta assim como um sector emergente nas áreas rurais, englobando uma série diversificada de produtos e serviços inovadores relacionados com a conservação e a gestão do ambiente, da natureza e paisagem. É, pois, promissora a sua potencial contribuição para a revitalização sócio-económica das áreas rurais, um outro dos objectivos consignados pelo PRODER.

[1] RAPIDO – Rural Areas, People & Innovative Development. Informação disponível sobre este projecto em www.rapido-fp6.eu.

Tanta expectativa é compreensível, pois este será provavelmente o último programa a beneficiar do generoso apoio dos fundos de coesão.

Pode sempre argumentar-se que as iniciativas inovadoras são a exceção e não a regra, mas o contra-argumento é que são igualmente uma antevisão do futuro próximo. E o que elas deixam antever é uma crescente integração da competitividade, sustentabilidade e coesão, confirmando a emergência de um novo paradigma de “sustentabilidade competitiva” (paralelo à competitividade sustentável) que há já algum tempo especialistas e entidades internacionais têm vindo a defender e a promover. De resto, o esforço que a Comissão Europeia tem vindo a desenvolver desde 1995 no sentido de integrar as estratégias europeias para a competitividade e para a sustentabilidade, nomeadamente no contexto

dos programas comunitários para o desenvolvimento rural, reflecte a percepção das vantagens destes novos paradigmas.

Vantagens que são evidentes no caso das áreas rurais portuguesas, face ao seu declínio demográfico e sócio-económico. Refere-se no PRODER (2007) a necessidade de atrair os jovens para as áreas rurais e de rejuvenescer os agricultores, e no entanto, recorrem-se aos mesmos incentivos do passado, que embora bem sucedidos em muitos casos, precisam de responder às aspirações e expectativas dos jovens de hoje. Sobre elas, podemos atentar no que nos dizem os jovens inovadores quando questionados sobre a configuração que acham que deveriam ter os apoios para iniciar/desenvolver iniciativas inovadoras e competitivas nas áreas rurais. Há dois aspectos que sobressaem pela pertinência e insistência com que são referidos. Um deles é flexibilizar os apoios, quer ao

nível da sua formatação, quer da sua avaliação. Um segundo aspecto é valorizar o capital imaterial na designação dos investimentos elegíveis e a sua consideração na avaliação dos projectos (premiar por exemplo, a produção de conhecimento e a sua partilha).

Como potenciar agora a integração entre os objectivos do PRODER? Nesta fase, a margem de manobra disponível reside na identificação e promoção dos projectos que demonstrem potencial para explorar e aproveitar de forma inovadora as complementaridades e sinergias entre a competitividade, a sustentabilidade e o desenvolvimento rural. Há, além disso, uma grande interface com outros instrumentos, nomeadamente os apoios à formação e desenvolvimento de competências, inovação e infra-estruturas, que pode e deve ser maximamente explorada no sentido de potenciar a integração dos três grandes eixos do PRODER.



ENERGIAS RENOVÁVEIS



A revista “Jovens Agricultores” solicitou à INOVISA que produzisse uma série de artigos enquadrados no tema da “inovação”. Este é o terceiro artigo desta série, que aborda a temática da evolução futura no sector das energias renováveis com aplicação em agricultura. Foi escrito em colaboração com a empresa Energia Lateral, uma empresa de base tecnológica com sede na INOVISA.

Nos últimos 20 anos houve uma revolução na área das energias renováveis, que resultou numa diversificação de fontes, numa melhoria tecnológica com enormes ganhos de eficiência e rentabilidade e, em consequência, numa massificação da sua utilização. No sector agrícola, existem hoje diversas fontes de energia renovável que são utilizadas de forma mais ou menos generalizada. As mais comuns são a eólica, mini-hídrica, solar térmica, solar fotovoltaica, biomassa, biogás e geotérmica. A utilização destas energias alternativas na agricultura permite diminuir custos e diversificar receitas e, num contexto nacional,

reduzir a dependência de energias não renováveis e melhorar a balança comercial com o exterior.

Nos parágrafos abaixo procura-se identificar as principais tendências de evolução desta área de actividade nos próximos anos, nomeadamente no que diz respeito ao sector agrícola.

TECNOLOGIA

Nos últimos anos tem-se assistido, como foi referido, a uma progressão assinalável na tecnologia de sistemas renováveis tanto a nível de eficácia como de custo. Esta evolução irá certamente continuar num ritmo similar. É de esperar, assim, uma redução dos custos e melhoria do desempenho dos sistemas, que permitirão um acesso mais fácil aos agricultores, sem que haja inclusive necessidade de subsidiar o investimento ou criar tarifas bonificadas para venda de energia. Estão também a ser desenvolvidas tecnologias inovadoras, algumas especificamente para aplicação ao mundo rural. O objectivo é cada vez mais associar três vectores comple-

mentares: redução de custos, diversificação dos rendimentos e contribuição para a preservação do ambiente.

INTEGRAÇÃO

A melhor forma de poupar custos e promover boas práticas ambientais não passa pela instalação de sistemas únicos para suprir todas as necessidades energéticas. O futuro passa, muito provavelmente, por produzir energia de várias fontes, que actuam em conjunto para um objectivo comum de redução dos custos (por exemplo, produção de electricidade por via eólica e/ou fotovoltaica, e produção de calor por via de biomassa ou solar térmico). Por outro lado, não é eficiente deixar de estar ligado à rede eléctrica nacional a não ser em locais remotos, para os quais o investimento na ligação à rede é muito alto. Desligar a rede eléctrica implica geralmente uma sobredimensão dos sistemas alternativos, para fazer face ao pico das necessidades energéticas. É mais conveniente produzir, vender quando há electricidade em excesso e consumir da rede quando há necessidades acima da produção por

métodos alternativos. O resultado da venda de electricidade é uma receita que abate ao valor a pagar à rede (no caso de ligação à rede ao abrigo do DL 68/2002).

DIVERSIFICAÇÃO

A produção de energia tenderá cada vez mais a ser considerada, no meio rural, como uma forma de diversificação dos rendimentos. Tanto os sistemas eólicos como os fotovoltaicos, ou mesmo as mini-hídricas, podem contribuir não apenas para reduzir a factura de energia nas explorações agrícolas, mas também para passarem a ser uma fonte considerável de novas receitas. Naturalmente, para que isto seja possível, os investimentos têm que ser condizentes com esta ambição. Outra fonte de rendimento possível é a utilização das torres das turbinas eólicas para difusão de sinal da rede celular, à semelhança do que acontece na Holanda e Irlanda. Outras formas de diversificação não tardarão a aparecer, à medida que os utilizadores forem utilizando estas tecnologias de forma não só mais eficiente como mais inteligente. A maior parte das tecnologias nesta área está ainda no início, por isso é importante estar atento às inovações incrementais que vão surgindo em resultado das experiências dos utilizadores.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Não se pode falar de produção de energia sem falar em eficiência energética. A redução das necessidades energéticas nas empresas agrícolas é possivelmente um dos campos em que os desenvolvimentos serão maiores. Exemplos como a adopção de boas práticas a nível de construção (para evitar perdas energéticas) ou a aquisição de equipamentos mais eficientes começam a ser cada vez mais comuns e será possivelmente nesta área que ocorrerão os maiores impactos nos próximos anos. Tipicamente este é o investimento com período de recuperação mais curto, o que torna esta



alternativa muito atractiva num sector como a agricultura, em que a capacidade de investir é reduzida (ex: câmaras de armazenamento em frio com bom isolamento térmico).

Alternativas com maior potencial no sector agrícola.

O sucesso das energias renováveis tem estado intimamente ligado ao apoio que os governos dão a determinado sub-sector/tecnologia, nomeadamente a nível de tarifa/preço garantido. Por esta razão, é difícil fazer previsões fiáveis quanto ao futuro, uma vez que tendem sempre a depender mais de questões políticas do que do verdadeiro potencial de uma dada tecnologia. Mesmo assim, é possível dizer com alguma segurança que a energia eólica é a que tem maior probabilidade de se afirmar, porque das energias renováveis é a que apresenta maior eficiência e tende a ser mais rentável. E isto é particularmente importante no que diz respeito ao sector agrícola, em que a energia eólica tem um potencial ainda maior. Prova disto é o sucesso que a energia eólica tem tido em ambiente rural em países como Holanda, Canadá e Estados Unidos. O mesmo se verificará certamente em Portugal nos próximos anos.

Prof. Luís Mira da Silva
INOVISA
Instituto Superior
de Agronomia

Dr. Luís Miranda Mendes
ENERGIA LATERAL

PRODUÇÃO E EMBALAMENTO DE MORANGOS



JOVEM EMPREENDEDOR

Nome Pedro Vital

Idade 33 anos

Estado Civil Casado

Habilitações 12º ano, Curso de Jovens Empresários Agrícolas e Curso de Aplicação de Produtos Fitofarmacos

Ano de Instalação 1997

CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA DA EXPLORAÇÃO

A exploração caracteriza-se por duas parcelas com macro-túneis, num total de 13 ha, em Paços Negros e em Benfica do Ribatejo, onde se produz várias espécies de hortícolas e morangos.

SAU:

13 ha

Especialização Produtiva:
Horticultura e Morangos

Mão-de-Obra Permanente:
Dois trabalhadores

ENTREVISTA

1 – Quais os motivos que o levaram a enveredar pela actividade agrícola. E pela área da produção de morangos?

A actividade agrícola surgiu naturalmente, uma vez que era a actividade profissional dos meus pais. A produção de morangos foi opção, por ter uma predilecção especial pela cultura, que é muito exigente, mas oferece uma boa rentabilidade.

2 – Quais as principais dificuldades sentidas antes da instalação, aquando da instalação e actualmente?

Antes da instalação não existiam quaisquer apoios, pelo que tinha uma área muito reduzida.

O prémio da instalação foi essencialmente utilizado para aumentar essa área (sempre através de arrendamento).

Apenas no ano 2000 é que comecei a poder investir noutras infra-estruturas e passei da produção ao ar livre à produção em macro-túneis.

Actualmente as principais dificuldades

são as seguintes:

Não existem grandes apoios do Estado; o mercado é muito exigente em termos de infra-estruturas necessárias (frio, armazéns etc.) e de controlo de qualidade; escassez e falta de qualificação na mão-de-obra agrícola.

3 – Em que medida a existência de um Quadro de Apoio à Instalação de Jovens Agricultores influenciou a sua decisão de se tornar Empresário Agrícola?

A decisão em tornar-me Empresário Agrícola foi tomada antes de me candidatar a qualquer apoio à instalação de jovens agricultores. O prémio só veio permitir acelerar os investimentos de certa forma já programados.

4 – Quais as perspectivas de introdução de alterações na exploração a médio e longo prazo?

Neste momento, não pretendo introduzir alterações na exploração, em termos de aumento de área de produção. Em relação a estruturas de apoio, é possível que venha a construir um novo armazém.

5 – Procedeu a estudos de mercado de forma a avaliar a capacidade de escoamento do produto?

Não foi necessário fazer estudos de mercado, uma vez que o escoamento da produção estava garantido, mediante compromisso assumido com a entidade compradora, neste caso uma grande superfície.

6 – Acompanha o desenvolvimento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação numa perspectiva de proceder à sua introdução na exploração?



Sim, tento manter-me informado a fim de poder usar essas tecnologias inovadoras para aumentar a rentabilidade da minha exploração. Neste momento, por exemplo, estou a implementar um sistema informático de Gestão Agrícola (através de um projecto em parceria com a AJAP).

7 – Quais foram as preocupações ambientais presentes aquando da elaboração do projecto de instalação e de que forma são actualmente integradas as questões ambientais na sua exploração?

As preocupações ambientais estão

presentes no dia-a-dia da exploração. Produzo segundo as normas da Produção Integrada, respeito as Boas Práticas Agrícolas em relação à gestão da água e entrego plásticos e embalagens para reciclagem.

8 – Tendo por base a sua experiência quais os factores de sucesso das primeiras instalações?

Conhecer bem os mercados e aplicar as verbas na agricultura, com uma boa gestão de todos os factores.

9 – A fase de embalamento estava já prevista no projecto inicial ou surgiu

posteriormente? Quais os motivos? Que mais-valias originou à empresa?

O embalamento surgiu depois, devido às exigências do mercado e à falta de concorrência. A mais valia é não perder a quota de mercado.

UMA PALAVRA DE UM JOVEM PARA OS JOVENS

Há que estudar bem o mercado antes de se instalarem e fazerem os investimentos passo a passo, para evitar grandes endividamentos. A agricultura é uma actividade muito exigente, a tempo inteiro, não é um part-time, isso é muito importante perceber.

HIDROPONIA - CULTURAS SEM SOLO



O desenvolvimento das culturas “hidropónicas” no seio do Grupo Hubel, remonta a 1992, ano em que se iniciaram as primeiras experiências, com o objectivo de testar e adaptar este método produtivo à realidade do Algarve.

Esta aposta surge devido à necessidade de acréscimos de produção e qualidade, em resposta a um mercado agora mais vasto e competitivo, resultado da entrada de Portugal na Comunidade Europeia.

As culturas sem solo consistem, no seu essencial, na produção agrícola em substratos inertes (lã de rocha, fibra de coco, perlite e ainda misturas), em que todos os elementos nutritivos ne-

cessários ao correcto desenvolvimento da cultura, são fornecidos através do sistema de rega.

O desenvolvimento na década de 90 dos primeiros cabeçais de fertirrega, em que é possível realizar adubações inteligentes, controlo de pH e da condutividade da água, são um importante passo no desenvolvimento das culturas em substrato.

A Hubel Verde, empresa do Grupo Hubel, foi desde o primeiro momento, um elemento activo na adaptação de materiais e técnicas associadas à “hidroponia” em Portugal.

As primeiras experimentações foram

realizadas em parceria com a DRAALG, e face aos resultados positivos é iniciada de imediato a comercialização e apoio técnico à condução de culturas feitas em substrato. É nesta fase que se intensifica uma relação com o sector produtivo onde a assessoramento tem um papel preponderante no desenvolvimento de boas práticas culturais.

A produção em “hidroponia” tem associada claras vantagens económicas e ambientais com destaque:

1. Maior produtividade, devido à correcta dotação dos elementos nutritivos necessários ao pleno desenvolvimento da planta;

2. Maior qualidade e uniformidade do produto, resultado de uma gestão integrada da cultura com recurso da fertirrega, padronização das condições de produção e redução do uso de agro-químicos;

3. Possibilidade de maior densidade de plantas em contraponto com a cultura no solo (principalmente para morango ou alface), o que permite aumentar a capacidade produtiva da exploração;

4. Maior eficiência na gestão da água e fertilizantes com claras vantagens económicas e ambientais;

5. Ciclos produtivos mais curtos;

6. Possibilidade de implementação em solos não produtivos;

7. Possibilidade de redução dos custos de mão-de-obra;

8. Possibilidade de monocultura.

O desenvolvimento técnico e tecnológico da agricultura, vem permitir uma maior difusão, pelo que hoje a “hidroponia” está presente em diversas fileiras da agricultura nacional, desde a floricultura com produção de rosas, cravos e gerberas e horticultura, aqui com destaque para a produção de pequenos frutos, tomate, meloa gália, pimento, pepino e feijão verde.

Actualmente o Grupo Hubel, através da Hubel Verde, está presente na comercialização de equipamentos e soluções chave-na-mão para “hidroponia”, como também é um produtor, de pequenos frutos vermelhos.

As explorações do Grupo, com cerca de 12 hectares, são responsáveis pela produção de morango e mais recen-



temente de framboesa em “hidroponia”, onde 75 % está destinada à exportação, mas também são um campo de testes de novos produtos e técnicas associados.

Actualmente a aposta é aumentar a rentabilidade por unidade de área, com recurso ao desenvolvimento de melhores substratos, novas técnicas culturais e identificação de melhores cultivares.

Novos desafios vão surgindo um pouco por todo o país, mas com destaque da zona Oeste onde os investimentos em sistemas “hidropónicos” se acentuaram nos últimos anos.

O clima nesta zona já apresenta características atlânticas, com um Verão de temperaturas amenas, noites frescas e humidades relativas primaveris. Este facto permite a exploração de nichos de mercado diferentes das produções do Sul, sujeitas ao clima mediterrânico, com a produção de tomate de Primavera-Verão para exportação, em ciclos que vão de Março a Dezembro.

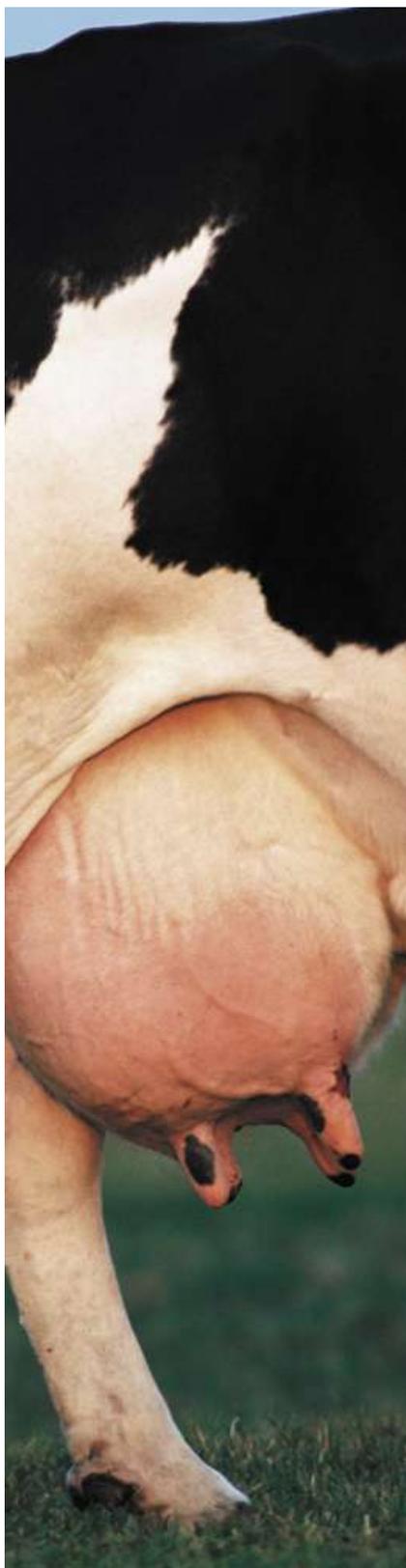
No Oeste têm surgido estruturas modernas, preparadas para os desafios futuros nomeadamente para a implementação de climatização, mas estes exemplos também estão presentes

noutras zonas do país, nomeadamente no Algarve onde a par das já tradicionais produções de tomate e meloa Gália em substrato, assistimos ao crescimento das áreas de morango e framboesas.

No litoral alentejano, zona com grande potencial para a horticultura em geral, também há explorações com produção de pequenos frutos e outros hortícolas como o pimento ou o tomate. Um pouco por toda a faixa litoral, desde a península de Setúbal até ao Minho e também em zonas um pouco mais interiores encontramos produtores de flores de corte como o cravo a rosa e a gerbera, produtores de aromáticas e produtores de hortícolas.

Na Madeira a produção de hortícolas em substrato também é uma realidade com a presença de bons produtores principalmente de tomate, feijão verde, pepino, alface e aromáticas.

SECTOR DO LEITE – UM OLHAR SOBRE A CRISE



A crise do sector leiteiro tem vindo a agudizar-se de dia para dia. Há pouco mais de um ano falava-se de falta de leite e o preço pago ao produtor chegou a ultrapassar os 0,50€/litro. Reinava a especulação em alta de preços, sendo este ranking liderado por empresas do país vizinho. Alguns supermercados faziam mesmo racionamento de stocks, tal era a “fome” de leite.

De um dia para o outro, num estalar de dedos, a situação inverteu-se completamente. Deu-se o milagre da multiplicação. Não falta leite a preço baixo, sendo desta vez a competição das empresas pelo valor mais baixo a pagar ao produtor. Nem os mais “entendidos” conseguem explicar este fenómeno.

Esta situação de crise tem sido menos-prezada pelos nossos governantes que, simplesmente, viram a cara, perante os protestos e queixas dos produtores. Segundo o Ministro da Agricultura “Portugal tem o quarto preço mais elevado da Europa”, no entanto a realidade é que os nossos produtores vivem como nunca situações de desespero e com tendência para um maior agravamento. Está em causa o futuro de muitas famílias, e de muitos jovens produtores optimistas em relação ao futuro da agricultura portuguesa.

Cada vez mais existe uma necessidade premente de união entre os produtores. Estes devem chamar para esta luta todos os que dependem da actividade leiteira. Esta batalha deve unir produtores, associações e confederações de agricultores, as empresas a montante e a jusante da produção e, inclusive, os partidos políticos.

A solução não passa por acções individuais mais ou menos mediáticas,

passa, na minha perspectiva, pelo diálogo franco entre todas as partes e pela necessária mediação do governo, na tentativa de encontrar respostas e implementar acções devidamente concertadas.

Ao nível da União Europeia, a redução das quotas leiteiras deveria ser de novo reequacionada, pois uma diminuição da produção iria permitir um aumento do preço ao produtor. A médio prazo, e atendendo à previsão da abolição das quotas a partir de 2015, seria igualmente importante equacionar novas formas de regular o sector.

Parece-me igualmente importante investigar a influência que as grandes cadeias de supermercados poderão estar a exercer na quebra dos preços do leite na União Europeia (UE), incluindo Portugal. Importa ainda questionar o porquê da importação de milhões de litros de leite, principalmente de origem alemã e polaca, comercializado com marcas brancas da distribuição a cerca de 0,39€/litro. Ao revés, deparamo-nos com elevados stocks das marcas dos fabricantes e de leite em pó.

Ao nível das nossas explorações, convém lembrar que a maioria não cumpre os padrões relativos ao meio ambiente e as regras inerentes ao bem estar animal, impostas pelas normas que condicionam o seu licenciamento. A adequação a essas condições devia ser resolúvel à luz do PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural), que contempla esse tipo de intervenções, no entanto, infelizmente nesta como noutras áreas, ainda nenhum projecto foi aprovado.

Há uma necessidade urgente de disponibilização de todas as ferramentas



financeiras e apoios possíveis, de forma a capacitar as explorações com as exigências legais e funcionais, tornando-se mais competitivas e viáveis.

A recente linha de crédito aprovada pelo Governo, com condições especiais para o sector leiteiro, tem que ser posta em funcionamento o mais rapidamente possível, devendo prever um período de carência de dois anos, bem como apontar para um período de liquidação de empréstimos nunca inferior a dez anos, atendendo à situação actual do sector.

O Ministro da Agricultura disse recentemente que "é normal que, a curto prazo, passemos de 10 mil para 7 mil produtores", mas esquece-se do impacto social que o encerramento dessas explorações irá ter. Se multiplicarmos cerca de 3 mil explorações pelo número de pessoas que delas dependem directamente, teremos situações mais graves do que várias "Qimondas" juntas.

O problema é que não são só as explorações de 12 vacas que estão a passar dificuldades, aliás nestas situações a actividade leiteira funciona, muitas vezes, como complemento ao rendimento familiar. O problema agrava-se nas explorações com efectivo de 80, 100 e 200 vacas, a maioria com investimentos recentes a amortizar, e que, com a baixa do preço do leite que se tem verificado, coloca em causa o futuro de muitas famílias.

Eng^o Rui Alves
Vice-Presidente da AJAP



FERTIPRADO

O gado merece, a terra agradece.

▼ GAMA DE MISTURAS

ANUAIS	AVEX	SPEEDMIX	FERTIFENO	TRITIMIX
	PERMANENTES	EXTENSIVO FERTIPRADO	FERTIREG	
		TEMPORÁRIAS	ESP. POUSIO	MIX II e III
	REVESTIMENTOS		REVOLIV	REVPOM

mais informações em www.fertiprado.pt

(+351) 245 569 000



46ª FEIRA NACIONAL DE AGRICULTURA



Santarém acolheu a mais prestigiada das Feiras Agrícolas Nacionais, este ano sob o mote da “Água”, temática actual e de vital importância para a Agricultura Portuguesa.

Foi o palco privilegiado para os debates das questões emergentes e decorrentes dos grandes desafios que o sector enfrenta.



Uma das novidades que marcou esta edição foi o Pavilhão do Ribatejo, dando a conhecer valores culturais e tradicionais portugueses.

Digno de destaque, foi também o número recorde de visitantes que ascendeu a mais de 162 mil, número que certamente se repercutiu nos contactos

efectuados, tendo potenciado assim mais oportunidades de negócio.

A AJAP mais uma vez marcou presença no certame e acolheu no seu stand milhares de Agricultores, para além disso contou com as visitas de várias individualidades sendo de destacar a visita de Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

JORNADAS TÉCNICAS PERSPECTIVAM 2010

Sob o lema de “Perspectivas para 2009/2010”, decorreram nos dias 18 e 19 de Setembro, na cidade de Castelo Branco, mais umas Jornadas Técnicas da AJAP. Muitas foram as personalidades que por lá passaram, tivemos inclusivamente o privilégio de poder contar com os ensinamentos de um ex-Ministro e um ex-Secretário de Estado da Agricultura.

Assim, visando a melhoria dos serviços de proximidade ao Agricultor, nomeadamente nas regiões cada vez mais despovoadas do interior do País, muitas foram as ideias para combater o isolamento e a falta de informação, que por vezes assolam o nosso público alvo, ou seja, os Agricultores. Na realidade estes são os guardiães do espaço rural,

função essa que cada vez mais terá que ser reconhecida e valorizada pela Sociedade.

O reconhecimento da agricultura como sector estratégico, constituiu uma das frases mais recorrentes, assim como a importância cada vez maior da actuação das estruturas associativas.



JOVENS AGRICULTORES E O FUTURO DA PAC APÓS 2013

No passado dia 2 de Outubro, decorreu em Bruxelas um grupo de trabalho intitulado “Young Farmers and the CAP after 2013” que integrou membros dos vários países europeus, entre os quais a AJAP, que se fez representar pelo seu Vice-Presidente Rui Alves, com o objectivo de desenvolver ideias dos Jovens Agricultores sobre o futuro da PAC após 2013.



Do desenrolar dos trabalhos surgiu um documento com as conclusões finais, que será entregue na Comissão Europeia do qual extraímos as principais orientações estratégicas:

- Os Jovens Agricultores devem ser uma prioridade no Primeiro e Segundo pilar da PAC. Além disso, a integração com outras políticas da UE deve ser melhorada. A função da Agricultura não é só produzir alimentos para os cidadãos europeus, mas também garantir a prestação de serviços públicos. Bens e serviços públicos como a segurança e qualidade alimentar, protecção ambiental, manutenção das zonas rurais e do território e produção de qualidade não podem ser vendidas no mercado, no entanto são procurados pela sociedade e, nesse sentido, devem ser considerados pelos responsáveis políticos europeus.
- Uma proposta a considerar de interes-

se para os Jovens Agricultores é o pagamento com base na vontade legítima dos cidadãos europeus relativamente à segurança alimentar e agricultura sustentável, tendo em conta a existência de falhas no mercado. Esse pagamento deve compensar os agricultores europeus pela obrigatoriedade de cumprirem um elevado número de normas de produção. Este pagamento deve ser baseado não apenas na produção agrícola, mas também considerando a capacidade de criação de novos empregos nas zonas rurais.

- Inovação e orientação para o mercado, são elementos-chave para o empreendedorismo. As Políticas Agrícolas devem apoiar os agricultores na criação de mercados transparentes e no desenvolvimento de ideias inovadoras sobre como melhorar as condições da produção agrícola. A PAC deve privilegiar os empresários agrícolas, concentrando os recursos para aqueles que querem entrar, permanecer e investir na agricultura.

Além disso, é crucial para o futuro da agricultura europeia intensificar a articulação entre instituições de investigação e sector agrícola.

- Os Jovens Agricultores membros do CEJA acreditam ser essencial para a agricultura europeia. É fundamental assegurar uma maior transparência nos mercados e criar uma ligação mais forte com os consumidores europeus, nomeadamente através da indicação

clara da origem dos produtos, evitando assim especulações e o desaparecimento de um valor acrescentado ao longo da cadeia alimentar.

- O potencial da agricultura em áreas como a protecção do ambiente e alterações climáticas deve ser finalmente reconhecido. A política agrícola deve ajudar a próxima geração de agricultores europeus a implementar práticas agrícolas de eficiência climática, por outro lado a transferência de conhecimentos vai facilitar o trabalho dos Jovens Agricultores e melhorar as suas acções.

- A diversidade de produção típica na Europa deve ser mantida. No âmbito da PAC, terá que haver uma distribuição equitativa dos fundos. Sem explorações tradicionais e familiares a Europa Rural seria muito menos atraente. As empresas Agrícolas situadas em zonas desfavorecidas, não podem ser deixadas ao abandono, devem receber um apoio especial através da compensação de desvantagens, por forma a garantir a sua viabilidade e competitividade.

Face ao exposto foram também discutidas as eventuais formas de apoiar os Jovens Agricultores. A saber:

- O apoio financeiro é um primeiro passo crucial;
- A existência de ferramentas adequadas para melhor organização e gestão do mercado;

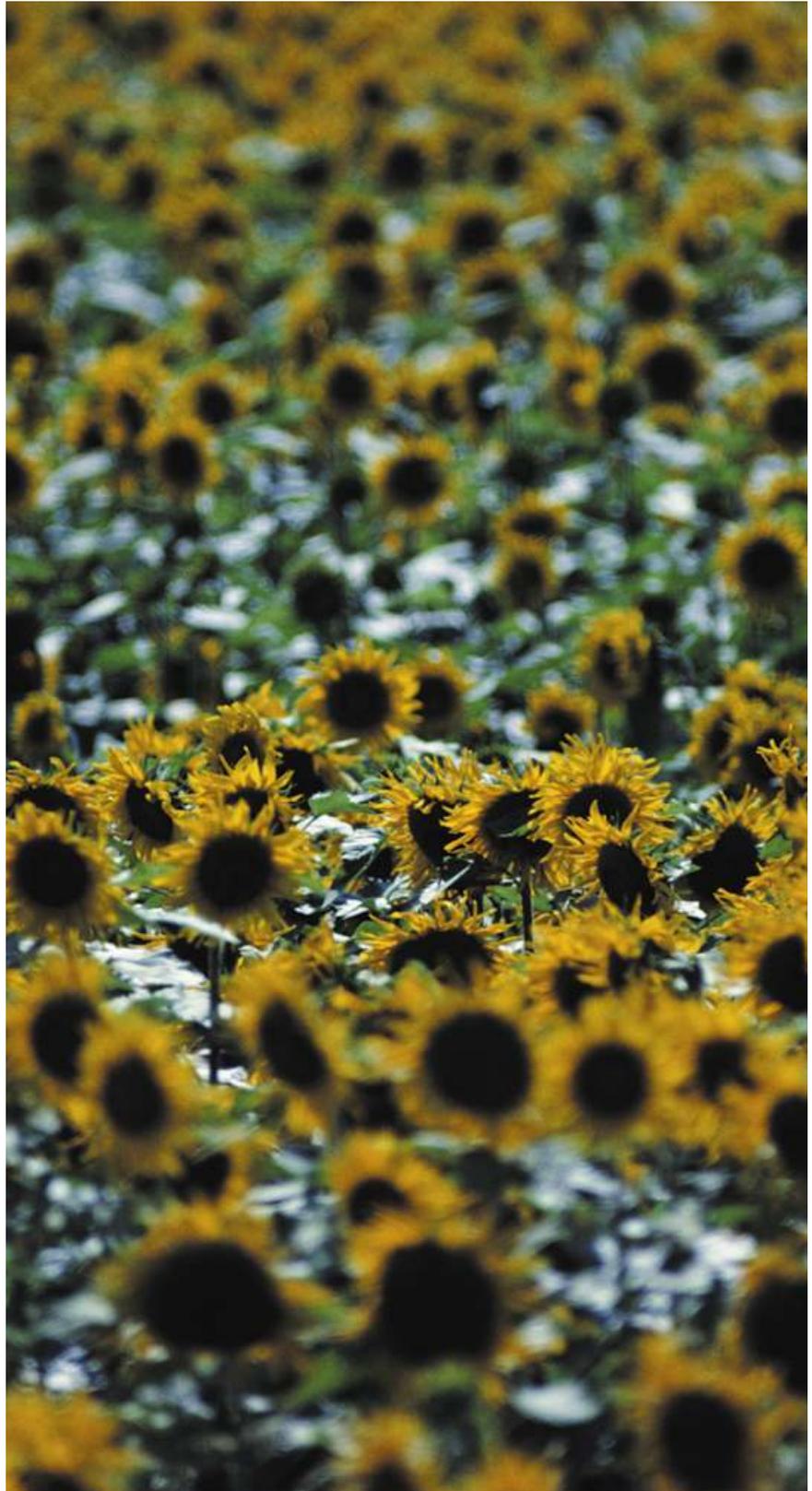
- A transferência de conhecimento, uma vez que é um objectivo importante para aumentar a competitividade de toda a Europa;
- Uma legislação consistente, por forma a permitir um bom planeamento.

Ou seja, concluiu-se ser importante que o prémio à primeira instalação e outras medidas de apoio se tornem obrigatórios em toda a Europa sendo esta a única forma de garantir uma igualdade de condições entre os Jovens Agricultores dos diferentes Estados-membros. Isso é importante para o futuro da agricultura europeia, mas também para a vitalidade das zonas rurais. Os jovens agricultores europeus devem ser verdadeiros Empresários Agrícolas, com forte ênfase na inovação.

A Agricultura pode ser uma plataforma com soluções relevantes para os desafios colocados pelas alterações climáticas. A implementação das alterações climáticas e as práticas agrícolas eficientes, bem como a prestação de serviços de informação e aconselhamento aos Jovens Agricultores permitirá melhorar os sistemas actuais e garantir uma Agricultura ecologicamente sustentável para a próxima geração.

Por último, concluiu-se que uma maior transparência do mercado é fundamental, de forma a clarificar as relações entre os agricultores e os consumidores.

Nos seguintes dias 3 e 4 de Outubro, na cidade belga de Tournai realizou-se mais um “CEJA Training”, com o tema “Comunicação interna e externa nas organizações agrícolas”. Nesta acção de formação estiveram presentes membros de Portugal (AJAP), Bélgica, Hungria, Suécia, Eslovénia, Irlanda, Luxemburgo, Dinamarca e Finlândia.



CEJA APELA AOS MINISTROS DA AGRICULTURA

Caros Ministros da Agricultura,

Tendo em conta a reunião informal de Ministros da Agricultura no dia 5 de Outubro, o CEJA gostaria de chamar a atenção para a situação crítica no Sector Agrícola e, especialmente, para a situação dos Jovens Agricultores que apenas recentemente entraram no Sector Agrícola.

A grande pressão sobre os rendimentos dos produtores de leite, mas também em outros sectores agrícolas, gera uma situação difícil e de stress para famílias de Agricultores de toda a Europa. Os Agricultores ainda não antevêm o fim da crise, o que não transmite confiança para seu futuro.

Chegou o momento de soluções extraordinárias para esta crise extraordinária. O Conselho tem de mostrar o seu apoio a um sector agrícola viável no território europeu, não só através de palavras, mas também através de acções.

A curto prazo os Jovens Agricultores Europeus solicitam aos Ministros que utilizem os instrumentos que se encontram à sua disposição para fazer pressão nos mercados. O Valor do prémio à instalação de Jovens Agricultores no valor de 70.000€, aprovado no Exame de Saúde da PAC, deve ser implementado em todos os Estados-membros. Esta medida irá encorajar os Jovens Agricultores a iniciar e concretizar os investimentos necessários para melhorar a sustentabilidade da sua empresa agrícola.

A longo prazo, o CEJA tem ideias concretas sobre quais as medidas a tomar. Assim gostaria de chamar a atenção para a posição que os Jovens Agricultores Europeus assumiram relativamente à questão do futuro da produção Europeia de leite, no seminário ocorrido na Eslovénia, em Novembro de 2007. Além disso, o CEJA vai comunicar oportunamente as suas primeiras reflexões sobre o futuro da Política Agrícola Comum após 2013.

Os Jovens Agricultores estão também muito preocupados com a distribuição do valor acrescentado ao longo da cadeia alimentar. Uma parte importante dos rendimentos dos Agricultores tem de ser obtida nos mercados. A diferença entre os preços ao produtor e os preços ao consumidor é tão grande, que os Jovens Agricultores são obrigados a concluir que não estão a receber a percentagem justa do valor acrescentado.

Os Jovens Agricultores estão motivados para se instalarem na agricultura, mas esta crise está a desafiar a sua motivação. Neste momento, não existe o número suficiente de Jovens Agricultores na Europa para garantir a produção de alimentos no futuro. Se a actual crise não é resolvida adequadamente, a auto-suficiência alimentar na Europa vai estar em perigo!

Atenciosamente,

O Presidente do CEJA



Photo European Parliament

AJUDAS

Despacho n.º 18207/2009. D.R. n.º 151, Série II de 2009-08-06

Inscrições para 2010 dos beneficiários para abastecimento de gasóleo colorido e marcado

Portaria n.º 763/2009. D.R. n.º 136, Série I de 2009-07-16

Sexta alteração à Portaria n.º 1202/2004, de 17 de Setembro, que estabelece as regras nacionais complementares relativas ao 1.º ano de aplicação do regime do pagamento único, previsto no título III do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, do Conselho, de 29 de Setembro, bem como nos Regulamentos (CE) nos 795/2004 e 796/2004, ambos da Comissão, de 21 de Abril

Portaria n.º 744/2009. D.R. n.º 133, Série I de 2009-07-13

Aprova o Regulamento do Apoio à Promoção do Vinho e Produtos Vínicos no Mercado Interno

Portaria n.º 743/2009. D.R. n.º 132, Série I de 2009-07-10

Terceira alteração à Portaria n.º 1144/2008, de 10 de Outubro, que estabelece, para o continente, as normas complementares de execução do regime de apoio à reestruturação e reconversão das vinhas e fixa os procedimentos administrativos aplicáveis à concessão das ajudas previstas, para as campanhas vitivinícolas de 2008-2009 a 2012-2013

DIVERSOS

Aviso n.º 11960/2009. D.R. n.º 129, Série II de 2009-07-07

Programa de acção para todas as zonas vulneráveis de Portugal continental

Decreto-Lei n.º 137/2009. D.R. n.º 110, Série I de 2009-06-08

Prorroga, por um ano, o prazo para a regularização dos títulos de utilização de recursos hídricos previsto no Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio

PECUÁRIA

Portaria n.º 638/2009. D.R. n.º 111, Série I de 2009-06-09

Estabelece as normas regulamentares aplicáveis à actividade de detenção e produção pecuária ou actividades complementares de animais das espécies bovina, ovina e caprina

Portaria n.º 637/2009. D.R. n.º 111, Série I de 2009-06-09

Estabelece as normas regulamentares aplicáveis à actividade de detenção e produção pecuária ou actividades complementares de animais de espécies avícolas

Portaria n.º 636/2009. D.R. n.º 111, Série I de 2009-06-09

Estabelece as normas regulamentares aplicáveis à actividade de detenção e produção pecuária ou actividades complementares de animais da espécie suína

Portaria n.º 635/2009. D.R. n.º 111, Série I de 2009-06-09

Estabelece as normas regulamentares aplicáveis à actividade de detenção e produção pecuária ou actividades complementares de animais da família Leporidae (coelhos e lebres)

Portaria n.º 634/2009. D.R. n.º 111, Série I de 2009-06-09

Estabelece as normas regulamentares aplicáveis à actividade de detenção e produção pecuária ou actividades complementares de equídeos

Portaria n.º 631/2009. D.R. n.º 111, Série I de 2009-06-09

Estabelece as normas regulamentares a que obedece a gestão dos efluentes das actividades pecuárias e as normas regulamentares relativas ao armazenamento, transporte e valorização de outros fertilizantes orgânicos

Aviso n.º 10037/2009. D.R. n.º 100, Série II de 2009-05-25

Torna-se pública, a lista de indicadores relativa aos requisitos legais de gestão aplicáveis a partir de 1 de Janeiro 2009

PRODER

Portaria n.º 964/2009. D.R. n.º 164, Série I de 2009-08-25

Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.5.2, «Restabelecimento do Potencial Produtivo», da medida n.º 1.5, «Instrumentos financeiros e de gestão de riscos e de crises», integrada no Subprograma n.º 1, «Promoção da competitividade», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER)

Portaria n.º 666/2009. D.R. n.º 116, Série I de 2009-06-18

Altera o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.1.1, «Modernização e Capacitação das Empresas», anexo à Portaria n.º 289-A/2008, de 11 de Abril, e o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.1.3, «Instalação de Jovens Agricultores», anexo à Portaria n.º 357-A/2008, de 9 de Maio

VITIVINICULTURA

Regulamento n.º 326/2009. D.R. n.º 146, Série II de 2009-07-30

Comunicado de Vindima 2009

Portaria n.º 792/2009. D.R. n.º 144, Série I de 2009-07-28

Altera a Portaria n.º 974/2008, de 1 de Setembro, que estabelece, para o continente, as normas complementares de regularização de plantações de vinhas sem um direito correspondente, designadas de plantações ilegais

Despacho normativo n.º 25-A/2009. D.R. n.º 135, 2.º Suplemento, Série II de 2009-07-15

Implementa as regras a que se subordina a atribuição de direitos de plantação de vinha, através da reserva nacional